

**JUVENTUDE E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ANÁLISE DOS FATORES QUE PROMOVEM OU DIFICULTAM O ACESSO, À LUZ DA LITERATURA**

**YOUTH AND HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: ANALYSIS OF FACTORS THAT PROMOTE OR HINDREST ACCESS, IN LIGHT OF THE LITERATURE**

Ellen de Oliveira Dias<sup>1</sup>  
Luciana Virginia Mario Bernardo<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa é apresentar evidências científicas que se encontram disponíveis na literatura sobre os fatores que influenciam os jovens do Ensino Médio a acessarem ou não acessarem o Ensino Superior. Para isso, foi realizada uma busca na base de dados *Web Of Science*, referente a temática associada ao Brasil. Após leitura na íntegra dos artigos, constatou-se que fatores socioeconômicos, estruturais, educacionais e políticos interferem diretamente quanto ao acesso no Ensino Superior. Políticas públicas e programas de acesso a esta etapa do ensino têm sido relevantes na contribuição para o aumento do número de matrículas. Questões como falta de informação, desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas têm levado os jovens a não darem continuidade aos estudos acadêmicos. Desta forma, são necessárias melhorias na qualidade da Educação Básica, ampliação e o fortalecimento de programas de apoio acadêmico, bem como, de incentivo ao ingresso e permanência para que haja a possibilidade da democratização do Ensino Superior público no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jovens estudantes; Acesso ao Ensino Superior; Revisão sistemática.

**ABSTRACT:** The objective of this research is to present scientific evidence available in the literature regarding the factors that influence high school students to access or not access higher education. To this end, a search was conducted in the Web of Science database related to the theme associated with Brazil. After a thorough reading of the articles, it was found that socioeconomic, structural, educational, and political factors directly interfere with access to higher education. Public policies and access programs for this stage of education have been relevant in contributing to the increase in enrollment numbers. Issues such as lack of information, regional, racial, and socioeconomic inequalities have led young people to not continue their academic studies. Thus, improvements in the quality of Basic Education,

---

<sup>1</sup> Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Assistente em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Rua Itibiré Vieira, s/n, Res. Júlia de Oliveira Cardinal, Cep: 79907-414. ellendias.14@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Rodovia Dourados a Itahum, km 12, Cidade Universitária, Cep: 79804-970. lucianavbernardo@ufgd.edu.br.

expansion and strengthening of academic support programs, as well as incentives for entry and retention, are necessary to enable the democratization of public higher education in Brazil.

**KEYWORDS:** Young students; Access to Higher Education; Systematic review.

## 1. INTRODUÇÃO

Compreender os jovens e suas trajetórias exige reconhecer que eles podem pertencer a diferentes grupos, com hábitos e comportamentos distintos, mesmo dentro da mesma faixa etária. A juventude, portanto, é formada a partir das realidades sociais e históricas vividas por cada sujeito. Ao abordar temas em que os jovens são protagonistas, é necessário considerar suas individualidades. Principalmente, no que se refere à educação, para que esta possa atuar de forma efetiva no seu desenvolvimento (Capulo; Maldonado; Silva Junior, 2024).

A educação é reconhecida como um dos pilares para o desenvolvimento econômico e social de uma nação, exercendo um papel central na formação do Capital Humano. Conceito esse, que abrange o conjunto de habilidades, conhecimentos e experiências acumulados pelos indivíduos ao longo da vida. O investimento em educação amplia as competências da população, elevando sua capacidade de inserção produtiva na economia e podendo promover melhorias na qualidade de vida. O impacto positivo da educação é perceptível em diferentes esferas, sendo a Educação Superior especialmente relevante por preparar os indivíduos para funções mais complexas e inovadoras no mercado de trabalho, gerando possibilidades de ascensão social e força de trabalho qualificada e diversificada (Gerstenberger Junior, 2024; Hanushek; Woessmann, 2011).

Contudo, apesar dos benefícios associados aos anos de escolarização indicados pela teoria do Capital Humano, como melhores empregos e renda, observa-se as dificuldades vinculadas à permanência dos alunos na Educação Básica. Embora a idade regular para cursar o Ensino Médio seja entre 15 e 17 anos, no ano de 2024 a distorção idade-série desta etapa da Educação Básica foi de aproximadamente 18% (Brasil, 2024). Além disso, muitos jovens brasileiros enfrentam essa etapa com tribulações financeiras, problemas de saúde, discriminações e outros desafios, que podem influenciar significativamente suas decisões de permanência ou desistência da escolarização. Muitas vezes, o resultado desses obstáculos contribui para a evasão escolar — situação que atinge cerca de 9 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos que não concluíram o Ensino Médio em 2023 (IBGE, 2024).

Desta forma, nas últimas décadas, uma parte considerável da sociedade tem colocado em dúvida os objetivos, a eficiência e os resultados alcançados pelo Ensino Médio e Superior

no Brasil (Silva Júnior; Lucena; Ferreira, 2011; Diniz, 2018). Há duas visões principais sobre a educação, a primeira a entende como ferramenta de resistência e emancipação social, valorizando seu papel transformador e crítico, influenciada por ideais iluministas e concepções revolucionárias. Sendo assim, a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior na trajetória dos jovens de classes mais pobres, é entendida como forma de romper ciclos de desigualdade e exclusão social (Fernandes, 2023; Senkevics e Carvalho, 2023; Capulo; Maldonado; Silva Junior, 2024).

O segundo entendimento sobre o acesso ao Ensino Superior, compreende a etapa como um instrumento de adaptação ao sistema capitalista globalizado, onde a educação se torna funcional ao mercado de trabalho, focada em competências e na empregabilidade. Nesse contexto, a ideia de "profissionalização" é ligada à empregabilidade e multifuncionalidade, moldada pelos interesses empresariais (Ferreira; Lucena; Silva Júnior, 2011).

Considerando a educação como medida positiva ao bem-estar social, o objetivo deste artigo foi compreender os fatores que influenciam os jovens do Ensino Médio a acessar (ou não acessar) o Ensino Superior no Brasil.

## **2. FATORES ASSOCIADOS A DESISTÊNCIA DOS ALUNOS NO ENSINO MÉDIO E DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

A desistência da conclusão do Ensino Médio pode estar associada a diferentes fatores, como as condições econômicas, que obrigam os estudantes a pararem os estudos para entrarem no mercado de trabalho (Silva; Costa; Gomes, 2012; Inocêncio; Hlenka, 2017). Nesse mesmo sentido o estudo de Cruz (2024, p. 1) declara que a não conclusão do Ensino Médio pelos jovens tem como principal fator o “empobrecimento da população, que acaba gerando uma necessidade de o jovem ajudar na renda familiar”. Além disso, a maioria dos estudantes de escolas públicas brasileiras estão atrasados nas séries em que estudam, estando abaixo da meta estabelecida pelo Programa Nacional de Educação (Cruz, 2024).

Gomes (2020) indica que a aprendizagem é um processo complexo, sendo influenciada por vários fatores interligados. Condições econômicas, sociais, emocionais, familiares, habitacionais e nutritivas são decisivas para aprendizagem escolar. Além desses fatores, de acordo com Villar e Mourão (2018), a falta de incentivo do sistema educacional público, que não possui estratégias para reter e qualificar os estudantes, pode influenciar sua permanência ou desistência. Neste contexto, outras causas estão envolvidas na evasão do Ensino Médio, tais como: a falta de qualidade das aulas, ausência da infraestrutura didática e escolar e a falta de um relacionamento adequado entre professor e aluno.

Lopes (2017) aponta que, mesmo com a obrigatoriedade e a gratuidade do acesso à educação até os 17 anos, não se garante a qualidade do ensino nem a permanência dos alunos na escola. Além das interrupções nas políticas públicas causadas pelas mudanças de governo, que podem revogar iniciativas adotadas para a educação, há diversos fatores que contribuem para o abandono do Ensino Médio. Esses fatores podem ser externos à escola, relacionados às condições socioeconômicas, ou intraescolares, "relacionados à estrutura e funcionamento da dinâmica curricular, metodologias de trabalho, além da falta de credibilidade atribuída à escolarização" (Lopes, 2017, p. 3).

Além disso, de acordo com Fernandes (2023), embora a reforma do Ensino Médio tenha buscado atualizar a etapa final da Educação Básica, especialistas alertam que a ênfase na formação técnica pode desestimular o ingresso no ensino superior, sobretudo entre jovens de baixa renda. Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes de permanência, como auxílios para transporte e alimentação, contribui para o abandono universitário. Esses fatores, aliados à necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e à desinformação sobre o acesso ao ensino superior, ajudam a explicar a queda nas candidaturas a universidades públicas nos últimos anos. Outros fatores também dificultam o acesso são a renda familiar, desigualdades no sistema educacional, desigualdades raciais e de gênero, conforme aponta Gomes e Bracarense (2023). Tais obstáculos demonstram que o Ensino Superior precisa ser entendido não apenas como uma política pública, mas como um direito fundamental, cuja efetivação depende de ações intersetoriais e do enfrentamento das desigualdades estruturais (Matos; Chaves, 2014).

Denota-se que entre 1960 e 2010, o acesso ao Ensino Superior no Brasil foi marcado por forte seletividade e exclusão, com vestibulares que favoreciam estudantes das classes média e alta, majoritariamente oriundos de escolas privadas. A criação do Enem, em 1998, buscou democratizar esse acesso, ainda que sua adoção pelas instituições tenha sido inicial e limitada. A partir dos anos 2000, políticas como, Fies (2001), Prouni (2005), Reuni (2007) e cotas étnico-raciais (2012) promoveram a inclusão de grupos historicamente marginalizados, ampliando as matrículas no Ensino Superior. Contudo, esses avanços seguem vulneráveis a retrocessos, reforçando a necessidade de articulação entre políticas de educação básica e superior, sobretudo nos estados mais marcados por desigualdades, como no Ceará (Vidal *et. al.*, 2022).

Considerando a necessidade de permanência dos estudantes, a Educação Superior, deve assumir um compromisso com a formação completa dos indivíduos, integrando a dimensão pessoal com a qualificação profissional voltada ao mercado de trabalho. Entre 2007 e 2017, observou-se um aumento expressivo nos cursos de graduação tecnológica, com crescimento de

119,4%. O percentual indica a busca dos jovens por uma formação de curta duração e com maior empregabilidade. Essa tendência reforça a importância da acessibilidade ao Ensino Superior, especialmente para os estudantes das classes populares, que enxergam na universidade um meio de adquirir capital social e, posteriormente, aumento do capital econômico (Capulo; Maldonado; Silva Junior, 2024).

Por outro lado, a 14<sup>a</sup> edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, do Instituto Semesp, registrou que o acesso ao Ensino Superior público pelos estudantes que saíram do Ensino Médio público, está muito abaixo da Meta 12 estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, para o ano de 2024. O percentual corresponde a 33% dos jovens brasileiros com idade entre 18 e 24 anos, matriculados em faculdades públicas, no ano (Semesp, 2024). Em 2023, aproximadamente 11% dos estudantes matriculados em uma Instituição Superior pública fizeram o Ensino Médio, em escolas públicas, enquanto aproximadamente 89% dos matriculados no Ensino Superior, originaram-se da rede privada (Brasil, 2024).

Ainda conforme Semesp (2024) esses dados revelam que o acesso ao Ensino Superior público continua sendo difícil para a maioria dos estudantes brasileiros. Mesmo que as pesquisas indiquem crescimento de ingressantes nas faculdades públicas, de 0,9% de 2019 para 2020, 3,5% de 2020 para 2021, e em 2022 alcançando 5,1% a mais de matriculados em faculdades públicas. Embora os dados mostrados pela 14<sup>a</sup> edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil revelem um aumento de estudantes oriundos de escolas públicas, em faculdades públicas, há também a indicação de que 35% dos alunos da rede pública não concluíram o Ensino Médio na idade esperada. Característica que pode dificultar o acesso ao Ensino Superior.

Considerando a perspectiva de que o acesso ao Ensino Superior no Brasil ainda é marcado por desigualdades sociais, Fior e Martins (2021) indicam a persistência de obstáculos estruturais. Mesmo com os avanços proporcionados pelas ações afirmativas, muitos jovens continuam excluídos do Ensino Superior, seja pela falta de conhecimento sobre políticas públicas, seja pelas lacunas formativas da Educação Básica. Os autores apontam, ainda, que o ingresso desses jovens é frequentemente atravessado por trajetórias escolares interrompidas, mudanças de escola e desafios materiais, sendo a valorização do estudo no ambiente familiar e o apoio de professores e colegas fatores centrais para a continuidade dos estudos. O acesso ao Ensino Superior por jovens do Ensino Médio público, envolve não apenas questões institucionais e políticas, mas também dimensões subjetivas e sociais, que devem ser consideradas na formulação de políticas educacionais mais equitativas e eficazes.

### 3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma revisão sistemática de literatura. Conforme Sampaio e Mancini (2007) essa forma de revisão combina dados de estudos realizados de forma independente, como estratégia de intervenção específica. Portanto, ao compilar o resumo das pesquisas, é possível agrupar um número maior de resultados relevantes. Ainda de acordo com os autores a elaboração de uma revisão sistemática deve orientar-se nos seguintes passos: i) definir uma pergunta científica clara e bem formulada; ii) buscar evidências identificando as bases de dados e as palavras-chave que serão utilizadas; iii) estabelecer critérios para a seleção dos artigos; iv) conduzir as buscas (pelo menos dois pesquisadores), comparar as buscas entre os pesquisadores e aplicar os critérios de seleção, justificando as possíveis exclusões; v) analisar os estudos de forma crítica; vi) preparar um resumo sintetizado das informações; e vii) apresentar a conclusão.

Colocando em prática os procedimentos indicados por Sampaio e Mancini (2007), a etapa de busca e seleção dos textos, ocorreu no mês de Maio de 2025, sendo realizada na base de dados *Web of Science*, pela consideração da cobertura multidisciplinar e na relevância para estudos na área da educação. Foram utilizadas palavras-chave: “*high school*” e “*higher education*”, utilizando o operador booleano *AND* entre os termos, gerando 5.302 resultados. Após essa busca foi adicionado o filtro com o termo “*Access\**” e incluída a palavra chave “*access to higher education*”, gerando 108 resultados. Ainda, foi inserido o filtro do período de anos de publicação, definidos entre “2010 e 2025”, gerando 91 resultados. Para finalizar a busca, foram considerados os documentos do tipo artigo, totalizando 76 resultados.

Para a primeira etapa de refinamento, foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos 76 artigos, definindo-se como critérios de inclusão os artigos que abordavam a realidade brasileira e os fatores que influenciam o acesso ao ensino superior. Como critério de exclusão a sua relação com a temática e o Brasil, ou seja, foram excluídas aquelas publicações que não tratavam diretamente do tema ou que apresentavam foco exclusivo em contextos internacionais.

Após essa análise, foram excluídos 63 artigos que tinham a temática de estudo em outros países, 1 artigo estava indisponível para *download* e 1 artigo não contemplava a temática. Assim, foram identificados 11 artigos para compor a base da revisão sistemática. A Figura 1, sintetiza os procedimentos realizados para a seleção dos textos.

**Figura 1.** Fluxograma PRISMA representando o processo de seleção de estudos incluídos na revisão sistemática.



**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base nas diretrizes PRISMA (Page *et al.*, 2021).

Após a etapa de seleção dos textos, procedeu-se a análise, considerando os procedimentos utilizados por Marques *et al.* (2021). Sendo estes, a análise descritiva dos artigos, caracterizando as publicações selecionadas e número de citações no *Google Acadêmico*, considerando que este é um meio popular, no Brasil, para disseminação do conhecimento científico. Para isso, foram tabulados em uma planilha eletrônica e sistematizados considerando as características dos artigos, (i) ano das publicações; (ii) autores; (iii) origem; (iv) revistas; e (v) artigos mais citados da área. Na sequência, foi realizada a análise semântica, a qual é representada por uma análise qualitativa dos artigos contemplando (i) o objetivo dos estudos selecionados; (ii) aspectos gerais da metodologia utilizada; (iii) fatores identificados como influentes no acesso ao Ensino Superior; (iv) principais resultados e a (v) contribuição/relevância identificada nos estudos.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados seguem a organização proposta na metodologia, ou seja, a análise descritiva e análise semântica.

### 4.1 Análise Descritiva

Esta análise demonstrará um panorama geral das publicações que foram incluídas na revisão sistemática, com foco nas características básicas dos estudos. A partir da Tabela 1, foi possível identificar os autores, ano de publicação, local que a pesquisa foi desenvolvida, revista publicada e número de citações. A distribuição temporal demonstra publicações contínuas, indicando interesse dos pesquisadores pelo tema de pesquisa no Brasil. Além disso, notou-se que os anos de publicação são recentes, reforçando a atualidade e relevância do tema. Divididos entre revistas nacionais e internacionais, destacam-se revistas com escopo voltada para educação, ciências sociais e políticas públicas, demonstrando interdisciplinaridade da temática abordada. Há diversidade de revistas em que os artigos foram publicados, não havendo repetição. Quanto à distribuição geográfica e institucional das pesquisas, observa-se uma predominância de estudos realizados no país, com destaque para regiões como Sudeste (MG), Nordeste (RN) e Centro-Oeste (MS e DF). Isso reflete a pluralidade de realidades educacionais brasileiras e permite compreender como fatores regionais podem influenciar o acesso à educação superior. Além disso, observa-se que em relação aos autores, a produção de publicações é única.

**Tabela 1:** Análise descritiva da base de dados da pesquisa.

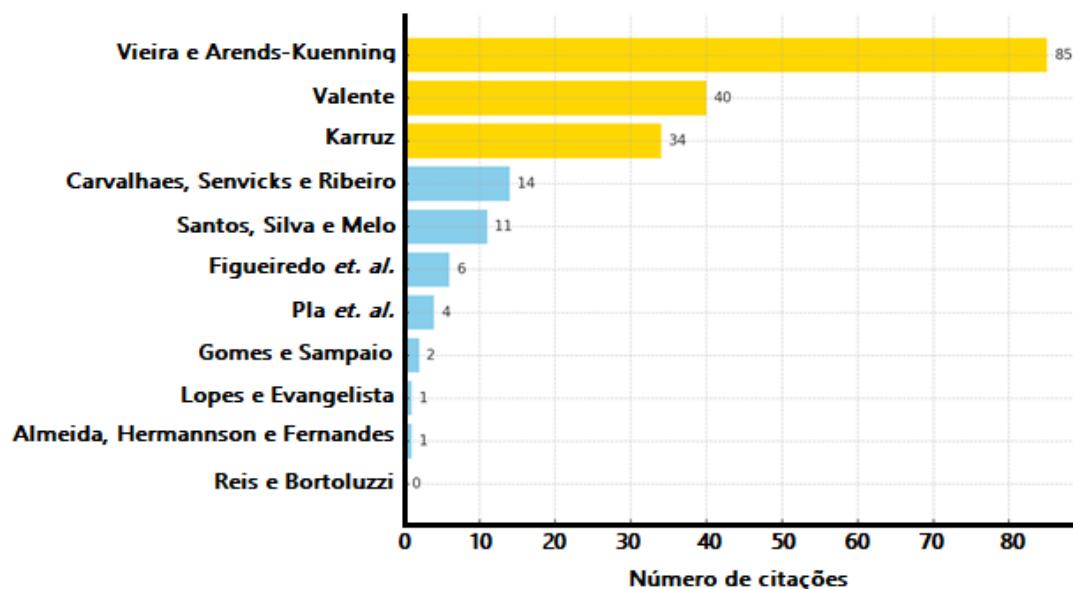
Autor(es)	Ano	Local da Pesquisa	Revista	Nº de citações
Valente	2017	Brasil	Race Ethnicity and Education	40
Santos, Silva e Melo	2017	UERN – RN	Educação & Formação	11
Karruz	2018	UFMG – MG	Revista de Ciências Sociais	34
Lopes e Evangelista	2018	Distrito Federal	Educação Temática Digital	1
Vieira e Arends-Kuennen	2019	Brasil	Economics of education Review	85
Pla <i>et. al.</i>	2021	Brasil e Argentina	Foro de Educación	4
Gomes e Sampaio	2021	Brasil e França	Revista on-line de Política e Gestão Educacional	2
Figueiredo <i>et. al.</i>	2022	Brasil	Ciênc. Saúde Coletiva	6
Reis e Bortoluzzi	2023	Nova Andradina – MS	Perspectivas em Diálogo	0
Carvalhaes, Senkevics e Ribeiro	2023	Brasil	Higher Education	14
Almeida, Hermannsson e Fernandes	2024	UFV – MG	Education Policy Analysis Archives	1

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, a partir dos dados da pesquisa.

A Figura 2 representa o ranking de número de citações dos artigos no *Google Acadêmico*. Sendo as três produções mais citadas, respectivamente: i-Vieira e Arends-Kuennen (2019) - 85 citações, ii-Valente (2017) - 40 citações e iii-Karruz (2018) - 34 citações.

Observa-se que, dentre os textos mais citados, apenas um dos artigos foi publicado em periódico nacional - Karruz (2018). Indicando que este assunto pode ser de interesse global.

**Figura 2.** Ranking de citação dos artigos incluídos no estudo.



**Fonte:** Elaborado pelas autoras, a partir dos dados da pesquisa.

Com relação aos artigos com maiores citações, Vieira e Arends-Kuennen (2019) investigaram as ações afirmativas realizadas pelas universidades brasileiras e os efeitos oriundos destas práticas, com relação ao acesso de jovens periféricos. O estudo de Valente (2017) utilizou dados secundários para analisar a existência entre raça e acesso ao ensino superior, sendo confirmado um ciclo vicioso dessa relação. E ainda, Karruz (2018) investigou os resultados referentes ao acesso que a Lei de Cotas promoveu na Universidade Federal de Minas Gerais, indicando melhorias no acesso do público-alvo da referida Lei a instituição.

#### 4.2 Análise semântica

Esta subseção apresenta a análise qualitativa dos artigos incluídos neste estudo, permitindo compreender as abordagens utilizadas pelos autores sobre os fatores que influenciam o acesso ao Ensino Superior por jovens. A metodologia predominante dos estudos foi quantitativa (63,64%), com destaque para a utilização de microdados do Enem e Censo da Educação Superior, por meio de modelos econômicos como a regressão logística. Ainda, alguns estudos (36,36%) adotaram abordagens qualitativas, como entrevistas e análises documentais. Dentre os principais fatores que influenciam o acesso dos jovens no Ensino Superior, destacam-se: raça, renda familiar, escolaridade dos pais, localização geográfica, e

também a influência de políticas públicas. A combinação desses fatores permitiu observar um padrão de desigualdade estrutural persistente.

**Tabela 2:** Análise qualitativa da base de dados da pesquisa.

Título	Objetivo	Metodologia	Fatores Identificados	Resultados
The vicious circle: effects of race and class on university entrance in Brazil	Investigar como raça e classe influenciam o ingresso no ensino superior no Brasil.	Análise estatística com microdados do Enem (2004–2008), modelo logit	Raça, classe social, escolaridade dos pais, desempenho no Enem, tipo de escola	Menor acesso para estudantes não brancos, de baixa renda e de escolas públicas
A democratização do acesso ao Ensino Superior: considerações sobre a adesão da UERN ao Exame Nacional do Ensino Médio	Analizar o processo de adesão da UERN ao Enem/Sisu e seus efeitos na democratização do acesso ao ensino superior.	Estudo teórico-documental e bibliográfico.	Barreiras financeira e geográfica, desigualdades regionais.	Adesão facilitou acesso ao reduzir custos e permitir escolha remota.
Oferta, Demanda e Nota de Corte: efeitos da Lei das Cotas na UFMG	Avaliar os efeitos da Lei de Cotas na alocação de vagas e no acesso à UFMG.	Análise estatística com microdados do Enem e Inep, pareamento <i>matching frontier</i> .	Lei de Cotas e vagas.	A Lei de Cotas impulsiona a demanda e reduz desigualdades.
A produção do efeito simbólico da escola pública no acesso de estudantes ao ensino superior	Discutir a produção e os paradoxos do efeito simbólico da escola pública no acesso à universidade pública (PAS-UnB).	Estudo de caso, entrevistas, análise documental.	Efeito simbólico, prestígio social.	Desigualdade persiste mesmo com estratégias de acesso.
Affirmative action in Brazilian universities: Effects on the enrollment of targeted groups	Investigar o impacto da adoção de PAA na matrícula de estudantes negros, de escola pública e de grupos desfavorecidos no Brasil.	Modelo de diferenças em diferenças com dados do Enade.	Raça, renda familiar.	Aumento de matrículas entre negros e egressos de escola pública.
Desigualdades de clase y acceso a la educación superior en Argentina y Brasil durante una fase expansiva del sistema educativo	Analizar se a expansão do ensino superior reduziu a desigualdade de acesso ligada à origem social entre jovens na Argentina e no Brasil.	Modelos logit sequenciais com dados da PNAD e EPH.	Origem social, escolaridade dos pais.	A origem social ainda é determinante no acesso.
O Ensino Médio no Brasil e na França: considerações sobre a Lei 13.415/2017	Comparar a reforma do Ensino Médio brasileiro com o modelo francês.	Análise documental e comparativa.	Novo EM, ensino técnico.	Reforma pode ampliar desigualdades.

Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior e mudança no perfil de egressos de medicina no Brasil	Avaliar o impacto de políticas como Lei de Cotas, PROUNI e FIES sobre o perfil dos egressos de medicina.	Estudo transversal com regressão de Poisson.	Raça, tipo de escola, local de nascimento, cotas etc.	Sub-representação ainda existe, mesmo com cotas.
Transição para o ensino superior: conhecimento das oportunidades de ensino superior dos alunos do ensino médio de escolas públicas de Nova Andradina	Analizar o nível de conhecimento dos alunos sobre as oportunidades de ensino superior na cidade.	Questionário com estatística descritiva e inferencial.	Renda, escolaridade dos pais e apoio familiar.	Apenas a renda mostrou relação significativa.
The intersection of family income, race, and academic performance in access to higher education in Brazil	Investigar como renda, raça e desempenho interagem na estruturação do acesso ao ensino superior no Brasil.	Painel longitudinal com regressão logística.	Renda, raça, desempenho.	Alunos brancos têm mais chances, mesmo com renda e desempenho semelhantes.
Socioeconomic Adversity and Higher Education: Is the Quota Law a Potential Bridge to Social Mobility in Brazil?	Avaliar se a Lei de Cotas contribui para a mobilidade social de estudantes com alta adversidade socioeconômica.	Análise fatorial confirmatória e GMM.	Adversidade socioeconômica, qualidade do EM, desigualdade de gênero.	Lei de Cotas reduz efeitos negativos, mas não garante mobilidade.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, a partir dos dados da pesquisa.

Dos artigos analisados, apenas um dos estudos aborda questões relacionadas à reforma no Ensino Médio e como isso poderia ampliar as desigualdades de acesso ao Ensino Superior. Os demais estudos apontam a persistência de barreiras estruturais de acesso ao Ensino Superior relacionadas a: **Raça e etnia** – Estudos como Valente (2017), Vieira e Arends-Kuenning (2019) e Carvalhaes, Senkevics e Ribeiro (2023) mostraram como estudantes negros e pardos enfrentam desvantagens no acesso, mesmo com condições acadêmicas similares a estudantes brancos. **Classe social e renda** – Os estudos destacam a renda familiar como um dos principais preditores de acesso, com destaque para Pla *et. al.* (2021) e Bortoluzzi e Reis (2023). **Tipo de escola frequentada** – Alunos oriundos de escolas públicas apresentam menor probabilidade de ingresso, mesmo com políticas afirmativas (Valente, 2017; Figueiredo *et al.*, 2022). **Localização geográfica** – A barreira territorial é evidenciada em estudos como Santos, Silva e Melo (2017) e Bortoluzzi e Reis (2023), que destacam a desvantagem de alunos de regiões periféricas ou do interior. Denota-se que esses componentes são persistentes no Brasil, considerando que eles haviam sido identificados nos estudos de Silva; Costa; Gomes (2012) e

Inocêncio; Hlenka (2017), indicando que o país ainda não conseguiu superar seus problemas estruturais.

A política pública de cotas tem gerado efeitos positivos sobre o ingresso de grupos historicamente marginalizados (Karruz, 2018; Vieira e Arends-Kuenning, 2019; Almeida *et. al.*, 2024). No entanto, há pesquisas que indicam que o acesso não se traduz, automaticamente, em mobilidade social plena ou equidade de permanência (Almeida *et al.*, 2024). Políticas como o Enem e o Sisu são reconhecidas por ampliar o alcance geográfico do acesso, mas ainda operam dentro de um campo desigual de preparação, o que limita seu potencial democratizante (Valente, 2017; Karruz, 2018). Há também estudos críticos à reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), que pode acentuar desigualdades ao segmentar trajetórias escolares (Gomes e Sampaio, 2021).

Identificou-se na Tabela 3, as contribuições que os estudos trazem em relação ao acesso ao Ensino Superior. A maioria destas contribuições, indicam a necessidade do planejamento de políticas públicas que contribuam para melhorar o acesso dos jovens, ao Ensino Superior. Concebendo ações públicas que iniciem na Educação Básica para que todos consigam ter acesso ao Ensino Superior.

**Tabela 3:** Contribuições para a literatura identificadas.

<b>Título</b>	<b>Contribuição</b>
The vicious circle: effects of race and class on university entrance in Brazil	Necessidade de políticas públicas para democratizar o acesso ao Ensino Superior.
A democratização do acesso ao Ensino Superior: considerações sobre a adesão da UERN ao Exame Nacional do Ensino Médio	Fomento da democratização do acesso ao Ensino Superior, via políticas públicas como Enem/Sisu.
Oferta, Demanda e Nota de Corte: efeitos da Lei das Cotas na UFMG	Efetividade da política afirmativa para o acesso ao Ensino Superior.
A produção do efeito simbólico da escola pública no acesso de estudantes ao ensino superior	Evidencia construção simbólica das escolas.
Affirmative action in Brazilian universities: Effects on the enrollment of targeted groups	Demonstra efetividade das Políticas de Ações Afirmativas.
Desigualdades de clase y acceso a la educación superior en Argentina y Brasil durante una fase expansiva del sistema educativo	Debate sobre persistência das desigualdades no acesso ao Ensino Superior.
O Ensino Médio no Brasil e na França: considerações sobre a Lei 13.415/2017	Crítica à reforma do Ensino Médio por comprometer acesso igualitário.
Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior e mudança no perfil de egressos de medicina no Brasil	Reforça importância de políticas públicas, direcionadas para o acesso ao Ensino Superior.
Transição para o ensino superior: conhecimento das oportunidades de ensino superior dos alunos do ensino médio de escolas públicas de Nova Andradina	Sugere políticas de informação e orientação para o acesso ao Ensino Superior.

The intersection of family income, race, and academic performance in access to higher education in Brazil

Mostra como fatores como renda, raça e desempenho influencia o acesso desigual.

Socioeconomic Adversity and Higher Education: Is the Quota Law a Potential Bridge to Social Mobility in Brazil?

Contribui com avaliação sobre limites das políticas afirmativas.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, a partir dos dados da pesquisa.

Conforme Semesp (2024), há indícios de dificuldade no acesso ao Ensino Superior público para a maioria dos estudantes brasileiros. Por outro lado, há indicativos de melhorias nos registros de acesso, mas estes percentuais são menores que 10%, para cada ano de análise, considerando o período de 2019 a 2022. Podendo assim, ser considerado baixo percentual de melhoria, havendo a necessidade de outras ações em prol da melhoria deste acesso. Além disso, Cruz (2024), Gomes (2020) e Villar e Mourão (2018), evidenciam que para muitos jovens, ainda é um grande desafio, o cumprimento dos requisitos solicitados na Educação Básica, considerando que estes não conseguem concluir o Ensino Médio. Sem este pré-requisito, é impossível o acesso ao Ensino Superior, assim, há necessidade de investimentos para que os índices de evasão escolar e distorção idade-série, sejam reduzidos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura contribuiu para aprofundar o entendimento sobre os fatores que influenciam o acesso dos jovens do Ensino Médio de escolas públicas ao Ensino Superior público no Brasil. A partir da leitura dos artigos incluídos na pesquisa, constatou-se que esse acesso é moldado por uma interação complexa de fatores socioeconômicos, estruturais, educacionais e políticos, os quais frequentemente criam barreiras significativas para esses estudantes. Esses fatores não apenas limitam o ingresso, mas também podem afetar a permanência e o sucesso acadêmico no ambiente universitário.

As ações afirmativas têm se mostrado instrumentos essenciais para ampliar as oportunidades de ingresso e diversificar o perfil dos alunos nas instituições de ensino superior. Essas iniciativas possibilitaram o aumento expressivo no número de matrículas de estudantes provenientes de escolas públicas e grupos raciais historicamente marginalizados. Entretanto, a efetividade dessas políticas requer uma abordagem mais abrangente, que inclua o suporte contínuo aos alunos para garantir sua permanência e desempenho acadêmico, além de promover condições equitativas para competir em igualdade de oportunidades.

A utilização de programas de ingresso como o Enem e o Sisu desempenhou um papel fundamental na inclusão de jovens de áreas remotas, permitindo maior equidade regional e

promovendo uma diversidade cultural enriquecedora no ambiente universitário. Contudo, a desigualdade no acesso à educação básica permanece como um desafio crítico. Essa desigualdade reflete diretamente no preparo dos alunos para os processos seletivos, propagando barreiras que dificultam o acesso pleno e justo ao ensino superior público.

Além disso, destaca-se a necessidade de estratégias eficazes de divulgação e orientação dentro das escolas públicas. Muitos alunos ainda desconhecem as possibilidades e os requisitos necessários para ingressar no ensino superior, e os impactos que um diploma universitário pode ter em suas vidas pessoais e profissionais. Essas lacunas de informação comprometem a capacidade dos jovens de planejar e visualizar uma trajetória acadêmica que conte com o ensino superior como uma meta alcançável.

Conclui-se que a democratização do acesso ao Ensino Superior público no Brasil exige uma articulação integrada entre melhorias na qualidade da Educação Básica, a ampliação e o fortalecimento de programas de apoio acadêmico, e a formulação de políticas públicas que levem em conta as desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas. É necessário um esforço conjunto de diferentes atores, incluindo o Estado, as instituições de ensino, a sociedade civil e a família, para garantir que os jovens tenham não apenas acesso, mas também condições para permanecer e se destacar no ensino superior público, promovendo assim um sistema educacional mais justo e inclusivo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. M. de; HERMANSSON, K.; FERNANDES, A. S. de A. Socioeconomic adversity and higher education: Is the Quota Law a potential bridge to social mobility in Brazil?. *Education Policy Analysis Archives, [S. l.]*, v. 32, 2024. DOI: 10.14507/epaa.32.8387.

BORTOLUZZI, B. de O.; REIS, B. C. M. Transição para o ensino superior: conhecimento das oportunidades de ensino superior dos alunos do ensino médio de escolas públicas de Nova Andradina. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 10, n. 25, p. 183-199, 5 dez. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico – Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2024.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf). Acesso em: 15 maio 2025.

CAPULO, S.; MALDONADO, L.; SILVA JUNIOR, G. M. da. Juventudes, a universidade é para todos? A importância do *engagement* estudantil no ensino superior, aspectos da realidade para a não evasão. **Observatorio de la Economia Latinoamericana**, [S. l.], v. 22, n. 7, p. e5761, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n7-134.

CARVALHAES, F.; SENKEVICS, A. S.; RIBEIRO, C. A. C. The intersection of family income, race, and academic performance in access to higher education in Brazil. **Higher Education**, v. 86, 591–616, 2023.

CRUZ, T. Pesquisa do IBGE revela que 9 milhões de pessoas entre 14 e 29 anos não terminaram o Ensino Médio em 2023. **Fundação Getúlio Vargas/FGV/EBAPE**, 4 de abril de 2024. Disponível em <https://ebaape.fgv.br/noticias/pesquisa-ibge-revela-que-9-milhoes-pessoas-entre-14-29-anos-nao-terminaram-ensino-medio>. Acesso em: 5 de novembro 2024.

DINIZ, J. Sistema educacional brasileiro: uma análise crítica. **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES**, Brasília, 25 de janeiro 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/2644/artigo-sistema-educacional-brasileiro-uma-analise-critica>. Acesso em: 28 de maio 2025.

FERNANDES, S. Por que o número de jovens que se candidatam a uma vaga no ensino superior gratuito tem caído nos últimos anos? **Jornal da UNESP**, 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/06/22/por-que-o-numero-de-jovens-que-se-candidatam-a-uma-vaga-no-ensino-superior-gratuito-tem-caido-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 5 novembro 2024.

FIGUEIREDO, A. M. de; LIMA, K. C. de; MASSUDA, A.; AZEVEDO, G. D. de. Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior e mudança no perfil de egressos de medicina no Brasil: um estudo transversal. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 3751–3762, set. 2022.

FIOR, C. A.; MARTINS, M. J. Experiências de escolarização de jovens de camadas populares que ingressam no ensino superior. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111286.

GERSTENBERGER JUNIOR, O. G. Educação e Capital Humano: A importância da Educação na Formação de Capital Humano e seu Impacto no Crescimento Econômico. 2024. DOI: 10.13140/RG.2.2.30544.52481. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/educa%C3%A7%C3%A3o-e-capital-humano-import%C3%A2ncia-da-na-forma%C3%A7%C3%A3o-otto-guilherme-2fjof/>. Acesso em: 24 de abril de 2025.

GOMES, M. M. Fatores que facilitam e dificultam a aprendizagem. **Revista Educação Pública**, 2020. DOI: 10-18264/REP.

GOMES, J. X.; BRACARENSE, L. S. F. P. Análise das barreiras de acesso ao ensino superior no Brasil e as políticas públicas existentes. In: WENCESLAU, E. C. **Práticas em ensino, conservação e turismo no Brasil: volume 2**. São José do Rio Preto, SP: Reconecta Soluções, 2023. cap. 4.

GOMES, M. C. de O.; SAMPAIO, M. G. O Ensino Médio no Brasil e na França: considerações sobre a Lei 13.415/2017 a partir de uma análise comparativa. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. esp.4, p. 2066–2079, 2021. DOI: 10.22633/rpge.v25iesp.4.15940.

HANUSHEK, E. A.; WOESSMANN, L. The economics of international differences in educational achievement. In: HANUSHEK, Eric A.; MACHIN, Stephen; WOESSMANN, Ludger (org.). **Handbook of the Economics of Education**. Amsterdam: Elsevier, 2011. v. 3, p. 89–200.

INOCÊNCIO, A. de O.; HLENKA, V. Principais causas para a desistência de alunos no ensino médio. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102068&view=detalhes>. Acesso em: 30 maio 2025.

KARRUZ, A. Oferta, demanda e nota de corte: experimento natural sobre efeitos da Lei das Cotas no acesso à Universidade Federal de Minas Gerais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 405–462, abr./jun. 2018.

LOPES, B. E. M. Evasão escolar no ensino médio sob a perspectiva dos docentes. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 6, n. 3, 2017. DOI: 10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v6n3a2017-05.

LOPES, C.; EVANGELISTA, J. R. A produção do efeito simbólico da escola pública no acesso de estudantes ao ensino superior. **ETD [online]**. 2018, vol.20, n.1, pp.49-65. ISSN 1676 2592. <https://doi.org/10.20396/etd.v20i1.8647431>.

MARQUES, H. R.; CAMPOS, A. C.; ANDRADE, D.M.; ZAMBALDE, A. L.; Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação**, 26(3), p. 718-741, 2021.

MATOS, A. S. de M. C.; CHAVES, S. G. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL: o direito de acesso igualitário ao ensino superior, as ações afirmativas e a

crise nos cursos de Direito. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 38, n. 01, p. 142–174, 2014. DOI: 10.5216/rfd.v38i01.16338.

NASCIMENTO, E. P. Jovens e educação superior: as aspirações de estudantes de cursos pré-vestibulares populares. 2009. 171 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI: 10.11606/D.48.2009.tde-15092009-152824.

PAGE, M. J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D.; et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, London, v. 372, n.71, p. n71, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71>. Acesso em: 30 maio 2025.

PLA, J.; POY, S.; SALATA, A.; SALVIA, H.. Desigualdades de clase y acceso a la educación superior en Argentina y Brasil durante una fase expansiva del sistema educativo. **Foro de Educación**, vol. 19 (pp . 69-92), 2021.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C.. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n.1, p.83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, J. M. C. T.; SILVA, M. K. da; MELO, S. F. A democratização do acesso ao ensino superior: considerações sobre a adesão da UERN ao exame nacional do ensino médio. **Educ. Form., [S. l.]**, v. 2, n. 6, p. 165–185, 2017. DOI: 10.25053/edufor.v2i6.2580.

SEMESP - Sistema de Ensino Superior do Brasil. **Mapa do ensino superior no Brasil**. 14.ed. 2024. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2024/04/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2024.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. de. Juventude e acesso ao ensino superior: sobre o não lugar de vestibulando. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, e41621, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hj8XkJcXbKfbnGncvrcxCy/>. Acesso em: 30 maio 2025.

SILVA, M. M. da C.; COSTA, L. V.; GOMES, M. F. M.. Entraves ao acesso e à conclusão do ensino médio em áreas rurais e urbanas brasileiras. **Economia e Desenvolvimento**, Recife (PE), v. 11, nº 1, 2012.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; LUCENA, C.; FERREIRA, L. R.. As relações entre o ensino médio e a educação superior no Brasil: profissionalização e privatização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 769–787, set. 2011.

VALENTE, R. R. The vicious circle: effects of race and class on university entrance in Brazil. **Race Ethnicity and Education**, 2017, vol. 20, nº. 6, 851–864.

VIDAL, E. M.; COSTA, A. G.; OLIVEIRA, A. G. L.; ESTRELA, E. N.. Mobilizando jovens para o ensino superior: O caso do Ceará, Brasil. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, 15(1), 121-138, 2022.

VIEIRA, R.; ARENDS-KUENNING, M. Affirmative action in Brazilian universities: Effects on the enrollment of targeted groups. **Economics of Education Review**, Volume 73, 2019.

VILLAR, M. da C. O.; MOURÃO, L.. Avaliação do Programa Jovem Aprendiz a partir de um Estudo Quase-Experimental. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 1999-2014, dez., 2018.